

Operação Desmonte extingue órgãos de 14 ministérios

Luiz Fonseca

BRASÍLIA — As versões originais da "Operação Desmonte" previam, além da transferência para estados e municípios de mais de uma centena de programas e projetos atualmente conduzidos pelo governo federal, também a extinção de alguns órgãos. Estavam, então, na mira da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan), a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul (Sudesul), da Fundação Rondon e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). A Ceplac acabou sendo retirada da lista por ordem do presidente José Sarney, que cedeu às pressões do ministro Íris Rezende, da Agricultura. Mas a extinção da Sudesul vai esbarrar certamente na oposição dos governadores dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Pedro Simon e Pedro Ivo Campos. Já o governador do Paraná, Álvaro Dias, é a favor.

Entre os técnicos da Seplan, a Operação Desmonte é vista como "uma política em movimento", isto é, "se não der para transferir ou extinguir um órgão ou programa agora, isso será feito aos poucos, através de cortes constantes nos respectivos orçamentos". Um dos técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan defendeu em reuniões com o ministro João Batista de Abreu uma posição mais radical: ele sugeriu "zerar tudo", ou seja, "rediscutir toda a administração". Ele garante que o ministro chefe da Seplan foi favorável à idéia, o único problema é que demandaria um ano ou mais para fazer o serviço. Nesse quadro, a Operação Desmonte, que está tirando o sono de ministros, governadores, prefeitos e do funcionalismo público, pretende tirar da órbita do governo federal, entre outros, os seguintes programas, projetos e órgãos:

Ministério da Saúde — Contribuição para assistência à maternidade; estudos de política e planejamento de saúde; implantação e organização de serviços de saúde; operacionalização da rede nacional de laboratório de Saúde Pública, controle do câncer e outras doenças degenerativas; controle da doença mental.

Ministério do Trabalho — Ressarcimento às empresas que executam programas de alimentação do trabalhador; contribuição ao fundo do serviço nacional de formação profissional rural; desenvolvimento de pesquisas da área trabalhista, promoção e desenvolvimento do artesanato, valorização da ação sindi-

cal, contribuição para o fundo especial de bolsas de estudo.

Ministério dos Transportes — Construção de ferrovia Norte-Sul, que o ministro Reinaldo Tavares pretende privatizar. Sofreram cortes de 75%: DNER, Portobrás, Geipot, Trensurb e CBTU.

Ministério da Previdência e Assistência Social — Serão cortados os programas de desenvolvimento de pesquisas e o de assistência financeira a entidades.

Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — O ministério não vai mais controlar os seguintes programas: construção de moradia de baixo custo e recuperação de habitações; recuperação de cidades históricas, infra-estrutura para população carente, urbanização de lotes e favelas, sistema de limpeza urbana, controle de cheias, abastecimento de água, esgotamento sanitário, controle da poluição industrial, apoio a ações sociais.

Ministério da Justiça — Ficarão de fora os programas de segurança no trânsito, reestruturação do sistema penitenciário, valorização do preso, assistência à vítima e ao egresso do sistema penitenciário.

Ministério da Agricultura — Um dos mais importantes programas que sairão da órbita do ministério e desaparecerão se não forem assumidos pelos estados e municípios é o Pró-Várzea, de urbanização e saneamento. Também vão acabar a participação da União na Cobal, a assistência financeira a ações no setor agrícola, a alimentação popular, a conservação do solo e da água, o programa de irrigação do Nordeste, o desenvolvimento rural integrado em microbacias hidrográficas, o programa de assistência técnica e extensão rural.

Ministério do Interior — Construção de estradas vicinais, apoio a pequenos municípios, assentamento no Vale do Jequitinhonha, desenvolvimento de ações regionais, participação da União no capital da Siderama, apoio ao complexo industrial de Barcarena (PA), desenvolvimento da Amazônia, o programa Nordeste Alimentos, apoio a micros, pequenas e médias empresas do Norte e Nordeste, projeto Padre Cicero, o Polonoroeste (Sudeco) e o apoio ao pequeno produtor rural do Nordeste.

Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário — A assistência social ao trabalhador rural e a regularização fundiária estão entre os

projetos fulminados pela Operação Desmonte. Também foram incluídos os projetos de colonização, o instituto jurídico de terras rurais, o assentamento de trabalhadores rurais.

Ministério da Fazenda — Coordenação de política de abastecimento, manutenção de unidades regionais, apoio ao sistema de arrecadação financeira dos estados e municípios; cobrança da dívida ativa, programas de fiscalização de contribuições ao Finsocial e PIS/Pasep, e a Fundação Getúlio Vargas.

Ministério da Indústria e do Comércio — Coordenação da política nacional de turismo, coordenação do Pró-Álcool, o programa de instalação de usinas de beneficiamento da borracha, formação e cultivo de seringais, remuneração de agentes financeiros, o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, serviços administrativos do Conselho de Desenvolvimento Commercial, unidades regionais do ministério. No Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas foram cortados a manutenção de unidades regionais, a realização de pesquisas de aprimoramento e cortes adicionais no IBC.

Ministério das Minas e Energia — Cortados os programas de eletrificação e irrigação em comunidades rurais e a participação no capital da Eletrobrás. No programa de mobilização energética foram atingidos o Finep, a Embratel, o programa de biomassa, de melhoria no refino do petróleo, ferrovias metropolitanas, distribuição de gás na região Nordeste, difusão tecnológica na área de energia, a racionalização do transporte urbano de passageiros.

Ministério da Cultura — Vai terminar a participação da União na Embrafilme, terceira fonte de receita da empresa. Programas de apoio a projetos de desenvolvimento cultural, de preservação de bens culturais.

Ministério da Educação — Distribuição de livros para alunos e bibliotecas, distribuição de material escolar, concessão de bolsas de estudo, assistência e saúde do escolar, educação básica para regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, apoio ao desenvolvimento da educação básica. O ensino superior perderá recursos nas áreas de apoio a programa de atividades físicas, assistência técnica e financeira às unidades da federação, melhoria do ensino agrícola, desenvolvimento dos recursos humanos. Ainda desenvolvimento da Educação pré-escolar e outros.